




FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

PD/03/2013

Arguido: [REDACTED]

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem: 

1. Relatório

No dia 19 de Abril de 2013 deliberou o Conselho de Disciplina (doravante CD) da Federação Portuguesa de Canoagem (doravante FPC) instaurar procedimento disciplinar contra o atleta [REDACTED], titular da licença federativa número [REDACTED] e pertencente aos quadros do Clube [REDACTED].

O procedimento disciplinar foi instaurado na sequência do conhecimento, tomado pelo CD da FPC através de comunicação recebida do Conselho Nacional de Arbitragem da FPC em 23 de Março de 2013, dos factos constantes do Relatório de Competição – e, em especial, do Relatório de Largada que o instruiu – relativo à prova “Campeonato Regional de Fundo – Norte”, realizada no dia 16 de Março de 2013 em Alpendurada.

No Relatório de Competição é feita referência a uma “situação” envolvendo dois atletas, um dos quais o ora Arguido (fls. 6 dos presentes autos).

O Relatório de Largada que instruiu o Relatório de Competição e para o qual este último remete descreve e concretiza a “situação” alegadamente verificada da seguinte forma: “Os atletas (...) e [REDACTED] na regata n.º 12 foram desclassificados por receberem dois avisos na largada, não acataram as ordens dos árbitros de largada [REDACTED] e [REDACTED] e de percurso [REDACTED] (...).

Após esta situação [o outro atleta mencionado no Relatório de Largada que não o ora Arguido] dirigiu-se ao mesmo árbitro e disse-lhe que iria treinar então e posto isto na



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

companhia do outro atleta desclassificado [o ora Arguido] começou a andar no percurso da prova de forma a que não fosse dada a largada da regata n.º 12. Os dois atletas após mais de 5 minutos de recreação no percurso e talvez alertados por alguém do clube da margem, saíram do campo de regatas” (fls. 8 dos presentes autos)

Na data da deliberação de instauração do presente procedimento disciplinar foi nomeado como instrutor o Senhor Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

Aos autos foi junta várias documentação relativa à prova “Campeonato Regional de Fundo – Norte” (fls. 4 e ss.)

No dia 8 de Maio de 2013 o Senhor Instrutor enviou ao Arguido, por carta registada com aviso de recepção, comunicação da instauração do presente processo disciplinar (fls. 24). A comunicação foi recebida pelo Arguido em 9 de Maio de 2013 (fls. 26).

No dia 5 de Junho de 2013 o Senhor Instrutor deduziu nota de culpa contra o Arguido, imputando-lhe a prática da seguinte infracção disciplinar:

- não observância de ordens ou instruções dos técnicos ou outra autoridade desportiva, no exercício das suas funções.

De acordo com o entendimento do Senhor Instrutor, tal infracção integra a previsão da alínea e) do ponto 3.4 do Regulamento Disciplinar da FPC e a alínea g) do ponto 10.1 do Anexo I ao Regulamento Disciplinar da FPC (Código de Conduta dos Praticantes).

Ainda segundo o Senhor Instrutor, a infracção imputada ao Arguido reveste de especial gravidade, sendo punível, em abstracto, com sanção de suspensão da prática da canoagem por prazo entre um e três meses ou durante uma a cinco provas (tudo, fls. 29 a 34).

O Arguido foi regularmente notificado da nota de culpa em 7 de Junho de 2013 (fls. 36).

Em tempo, o Arguido apresentou a sua defesa da qual fez constar, com relevância para os presentes autos, o seguinte:

- que é um atleta empenhado e disciplinado e que integra a selecção nacional;
- confessou a prática dos factos que lhe foram imputados na nota de culpa;
- justificou a prática dos factos que lhe foram imputados com o sentimento de injustiça e revolta relativamente à decisão da sua desclassificação; O presente processo foi depositado nas instalações da FPC a 1 de Março de 2013.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

O Arguido não requereu quaisquer diligências de instrução.

Em 10 de Outubro de 2013, o Relator nomeado nos presentes autos proferiu o despacho de fls. 54, através do qual procedeu à alteração da qualificação jurídica dos factos constantes da acusação deduzida contra o Arguido e cujo teor se dá por integralmente reproduzido. A alteração da qualificação jurídica foi notificada ao Arguido, tendo-lhe sido concedido prazo de cinco dias para se pronunciar.

O Arguido pronunciou-se sobre a alteração da qualificação jurídica, a ela se opondo (fls. 56).

2. Matéria de facto provada

1. [REDACTED], ora Arguido, é portador da licença federativa n.º [REDACTED];
2. O Arguido pertence à equipa do Clube [REDACTED];
3. O Arguido compete no escalão de juniores;
4. No dia 16 de Março de 2013 o Arguido participou, no seu escalão, no Campeonato Regional de Fundo-Norte, realizado em Alpendurada;
5. O Arguido foi desclassificado pela equipa de arbitragem na largada da regata n.º 12, na qual estava inscrito e se prestava a competir;
6. A decisão de desclassificação não foi objecto de impugnação pelo Arguido;
7. Ao Arguido foi ordenado que abandonasse o campo de regatas de modo a que a prova se pudesse iniciar;
8. O Arguido não acatou a ordem que recebeu da equipa de arbitragem, permanecendo no campo de regatas;
9. Seguidamente, o Arguido, acompanhado de outro atleta, começou a percorrer o percurso da regata, recreando-se, o que fez durante cerca de cinco minutos, antes de abandonar o campo de regatas;
10. O Arguido impediu, durante o referido período de cinco minutos, que a regata se iniciasse;
11. O Arguido, com o comportamento assumido, impediu o normal desenrolar da competição e provocou a suspensão da prova durante cerca de cinco minutos;
12. O Arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária, com a intenção de impedir a continuação da prova, bem sabendo que os comportamentos assumidos eram proibidos e punidos pelos regulamentos da Federação Portuguesa de Canoagem.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

13. O Arguido não tem antecedentes disciplinares desportivos na modalidade.

3. Fundamentação de facto

Para o juízo relativamente à matéria de facto acima dada como provada ^{OR} apoiámo-nos, de forma conjugada, nos documentos juntos aos autos (fls. 5 a 22), em especial no Relatório de Competição do “Campeonato Regional de Fundo-Norte” realizado em 16 de Março de 2013, e no Relatório de Largada da regata n.º 12, que instruiu o primeiro, e na confissão dos factos feita pelo Arguido na sua defesa.

4. Fundamentação de Direito

O atleta foi acusado da prática da seguinte infracção:

- não observância de ordens ou instruções dos técnicos ou outra autoridade desportiva, no exercício das suas funções.

De acordo com o entendimento do Senhor Instrutor, tal infracção integra a previsão da alínea e) do ponto 3.4 do Regulamento Disciplinar da FPC e a alínea g) do ponto 10.1 do Anexo I ao Regulamento Disciplinar da FPC (Código de Conduta dos Praticantes).

Salvo o devido, discordamos do entendimento plasmado pelo Senhor Instrutor na acusação deduzida contra o Arguido e, por isso, – e em tempo –, procedemos à alteração da qualificação jurídica da infracção.

Entendemos que a conduta do Arguido, tal como resultante do juízo acima formulado a respeito da matéria de facto, não consubstancia a infracção grave prevista na alínea e) do ponto 3.4 do Regulamento de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem, antes preenchendo, de forma simultânea, a previsão de duas outras concretas normas do Regulamento Disciplinar.

Fazemos notar que, de acordo com a matéria provada, o Arguido, participando, no seu escalão, no Campeonato Regional de Fundo-Norte, realizado em Alpendurada, no dia 16 de Março de 2013, foi desclassificado pelos Árbitros de Largada da regata número 12.

Desconhecemos qual o concreto motivo da desclassificação do Arguido, não nos cabendo conhecer da conveniência, acerto ou justiça de tal decisão. Conhecemos, porém, que a desclassificação se tornou definitiva porquanto o Arguido a não impugnou.

Em face da definitividade da sanção de desclassificação, os Árbitros de Largada da regata número 12 ordenaram ao Arguido que abandonasse o campo de regatas.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

O Arguido não obedeceu às ordens que lhe foram dadas pelos Árbitros de Largada e não abandonou o campo de regatas. Mas mais: o Arguido começou a percorrer o percurso da prova, o que fez durante cinco minutos, assim impedindo que a regata número 12 se iniciasse.

Com a sua conduta, o Arguido provocou a suspensão da regata número 12 do Campeonato Regional de Fundo-Norte, escalão de juniores, impedindo que esta se iniciasse durante todo o período de tempo em que aquele percorria o percurso da prova.

A conduta imputada ao Arguido constitui, portanto, infracção disciplinar muito grave, não cabendo na hipótese do normativo invocado na acusação. No entanto, e atento o disposto no Regulamento de Disciplina da FPC, à infracção disciplinar muito grave é aplicável a mesma moldura, ou seja, a sanção disciplinar de suspensão de 1 a 3 meses ou de 1 a 5 provas.

Conforme resulta da factualidade provada, no dia 16 de Março de 2013, no Campeonato Regional de Fundo – Norte, realizado em Alpendurada, na categoria de juniores, depois de advertido pelos Árbitros de Largada, o Arguido foi por estes desclassificado. Seguidamente, os Árbitros de Largada deram ordem ao Arguido para abandonar o campo de regatas de modo a que a competição retomasse o seu normal decurso.

Sucede, porém, que, não obstante as ordens recebidas, o Arguido recusou-se a abandonar o campo de regatas, começando a percorrer o percurso de regata, aí se recreando no campo da prova em conjunto com um outro atleta.

Atenta a prova produzida, que durante esse período, a prova esteve suspensa por acção directa do Arguido.

Vejamos, mais em detalhe, o Direito.

Dispõe o ponto 3.4, alínea e), do RD que se considera infracção grave “qualquer outra decorrente da não observância do Código de Conduta (Anexo I), que não seja passível de ser considerada leve ou muito grave”. Prevê assim esta alínea que, em abstracto, o comportamento de “[n]ão observar as ordens ou instruções recebidas dos técnicos ou outra autoridade desportiva, no exercício das suas funções” previsto na alínea g) do ponto 10.1 do Anexo I do RD poderá consubstanciar infracção grave tal como previa a acusação.

Não é esse, contudo, o caso dos factos imputados ao Arguido nestes autos. E não o é pela simples razão de que o respectivo comportamento, tal como descrito no relatório de largada e provado nos autos, traduz-se não só numa recusa temporária de cumprimento da desclassificação imposta, como, em especial, numa actuação dirigida



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

a impedir o normal desenrolar da competição e a provocar a respectiva suspensão, o que efectivamente veio a suceder durante cerca de cinco minutos.

O comportamento do Arguido subsume-se, isso sim, ao disposto na parte final da alínea c) do ponto 3.5 do Regulamento de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem, conjugada com a alínea g) do ponto 10.1 do Anexo I àquele Regulamento, consubstanciando a prática de infracção disciplinar muito grave, uma vez que o arguido, com a sua conduta, provocou a suspensão da prova durante 5 minutos.

Não há dúvidas que o Arguido actuou conhecendo o carácter ilícito da conduta, como, aliás, reconhece na sua defesa. E dúvidas não pode haver também que o fez intencionalmente com o propósito de impedir o desenrolar da prova e provocar a sua suspensão, pois, para além de afirmar perante os árbitros que não saía do rio, o arguido, de seguida, começou a recrear-se no campo de regatas, impedindo o normal desenrolar da prova durante 5 minutos.

O desporto nasce e desenvolve-se tendo por partida e limite as regras desportivas, o respeito pelos adversários, o respeito devido aos árbitros, o fair play e a ética na prática desportiva, traduzindo-se estes valores no modelo axiológico mínimo exigível a qualquer agente desportivo.

Estamos, pois, perante factos que devem ser considerados objectivamente ilícitos e que não podem ser tolerados.

O comportamento do arguido integra assim, em especial, o ilícito disciplinar muito grave previsto na parte final da alínea c) do ponto 3.5. do RD “qualquer actuação dirigida a provocar a suspensão da prova” punível com sanção disciplinar de suspensão de 1 a 3 meses ou de 1 a 5 provas, nos termos do ponto 5.4., número 2, do RD.

Os factos são graves e merecem forte juízo de censura e reprovação, não podendo, de modo algum, ser tolerados no âmbito de uma competição desportiva.

Pelo exposto, ponderada a circunstância atenuante de o arguido ser primário, por um lado, e, por outro, a intensidade da culpa (dolo), considera-se adequada e suficiente a aplicação ao arguido de sanção disciplinar de suspensão por 1 (uma) prova.

5. Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em julgar a acusação parcialmente procedente, por provada, e, em consequência, condenar o Arguido pela prática da infracção disciplinar muito grave prevista na parte final da



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

alínea c) do ponto 3.5 do Regulamento de Disciplina da FPC e punível com sanção disciplinar de suspensão de 1 a 3 meses ou de 1 a 5 provas, nos termos do ponto 5.4., número 2, do Regulamento de Disciplina da FPC, determinando-se, em concreto, a aplicação ao arguido da sanção disciplinar de suspensão por 1 (uma) prova.

*

Notifique.

*

Publique-se a deliberação no site na internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto pelo artigo 8º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao atleta, designadamente, nome, número de licença federativa e morada.

*

Sem custas, nos termos do ponto 9.8. do Regulamento Disciplinar.

*

Vila Nova de Gaia, 13 de Novembro de 2013